

<b>Apresentação.....</b>	<b>5</b>
O ALCANCE DAS EXCEÇÕES DO ART. 8º, IV DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 173/2020 <b>Marcelo Rodrigues Mazzei.....</b>	<b>7</b>
CIDADE E DIREITOS SOCIAIS: CONFRONTO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CURSO DA PANDEMIA POR COVID-19 <b>Arícia Fernandes Correia, Tatiana Mota Pinheiro Marinho e Gláucia Sayuri Takaoka</b> .....	<b>19</b>
ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO NA SOCIEDADE COMPLEXA: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS <b>Kátia Silene Sarturi.....</b>	<b>44</b>
PANDEMIA E JUDICIALIZAÇÃO DA CRISE: A NECESSIDADE DE DIÁLOGO INSTITUCIONAL E DA OBSERVÂNCIA DA MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS <b>Arícia Fernandes Correa e Rodrigo Nóbrega Farias.....</b>	<b>67</b>
PRESCRIÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO <b>Tatiane Mattos França Bohmer e Lívia Pachalski Santin .....</b>	<b>84</b>
TRANSMISSÃO UNILATERAL SUBJETIVA ATIVA DAS OBRIGAÇÕES: CESSÃO DO CRÉDITO <b>Eduardo de Sampaio Leite Jobim.....</b>	<b>97</b>
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST (ARTIGO 702, ALÍNEA F, DA CLT) <b>Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira .....</b>	<b>120</b>

## Apresentação

A *Revista da ESDM* é um periódico científico semestral, com publicações ininterruptas desde 2015, que tem por missão promover o aprimoramento dos estudos na área do Direito, especialmente na área do Direito Público Municipal. A revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público e proporcionar maior democratização mundial do conhecimento.

Nesta perspectiva, apresentamos a edição número 12 que reúne sete artigos produzidos por procuradores municipais, professores e pesquisadores, com a presença de autores mestres e doutores, que abordam diferentes temáticas trazendo conteúdos que congregam novas contribuições para o debate sobre: administração pública, direitos sociais, políticas públicas, judicialização da saúde, prescrição do crédito tributário, cessão de créditos e controle de constitucionalidade.

A edição inicia com o texto “O alcance das exceções do art. 8º, IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020”, de autoria de Marcelo Rodrigues Mazzei, doutorando e mestre em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), que promove a interpretação do alcance das exceções à admissão ou contratação de pessoal pela Administração Públicas, apresentando os dispositivos da Lei Complementar Federal nº 173/2020 com os da Lei Complementar Federal nº 101/2000, finalizando com conclusão lógica.

Neste momento de grandes desafios humanos e para a advocacia pública, devido à pandemia do coronavírus, a edição tem sequência com o artigo “Cidade e Direitos Sociais: confronto entre o direito fundamental à saúde e outros direitos fundamentais no curso da pandemia por *Covid-19*”, de autoria de Arícia Fernandes Correia, Tatiana Mota Pinheiro Martinho e Gláucia Sayuri Takaoka. O texto apresenta uma análise acerca da relevância dos direitos fundamentais sociais no Estado Democrático de Direito, da primazia que o direito à saúde adquiriu e da possível colisão com liberdades e outros direitos sociais, bem como do papel normativo e administrativo dos Municípios no que diz respeito ao combate ao *coronavírus*. Além disso, os autores discorrem sobre os conflitos normativos entre Municípios e União, a fim de se verificar se a *jurisprudência de exceção* em razão da *Covid-19*, em torno da interpretação da Lei Federal n. 13.979/2020.

Para falar sobre o Estado constitucional de direito, a sociedade complexa e as políticas públicas, a procuradora municipal de Campo Grande (MS), Kátia Silene Sarturi, apresenta o artigo “Estado constitucional brasileiro na sociedade complexa: a importância das políticas públicas”. O texto propõe uma reflexão sobre a importância das políticas públicas na sociedade complexa, tendo por parâmetro o Estado constitucional brasileiro, sendo relevante e salutar para a atualidade da Teoria do Direito e para a Ciência Política.

Dando sequência a edição, os autores pós-doutores em Direito Público pela *Université Paris I – Panthéon Sorbonne*, Arícia Fernandes Correia e Rodrigo Nóbrega Farias, em “Pandemia e Judicialização da Crise: a necessidade de diálogo institucional e da observân-

cia da medicina baseada em evidências”, realizam uma análise da judicialização da saúde no Brasil e suas consequências para as políticas públicas em época de pandemia por *COVID-19*. Os autores enfatizam a necessidade da busca de diálogo institucional e de um debate pautado pela ciência, colocando uma visão de operador do direito na esfera pública.

“Prescrição e Crédito Tributário” é o assunto abordado no artigo de autoria de Tatiane Mattos França Bohmer e Lívia Pachalski Santin. As autoras analisam os entendimentos jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça, bem como através de decisões judiciais proferidas sobre os temas 896 e 566, com ênfase aos tributos municipais e às decisões enfrentadas pelo Município de Pelotas.

Ainda nesta seção, a investigação da figura da cessão de créditos foi a inspiração para o artigo “Transmissão unilateral subjetiva ativa das obrigações: cessão do crédito”, escrito por Eduardo de Sampaio Leite Jobim. O texto apresenta a figura como uma das espécies de transmissão subjetiva das obrigações no direito privado brasileiro, sendo apresentada tomando a obrigação como processo, dando ensejo a compreensão do papel dos contraentes no contexto de suas relações mútuas.

Fechando a edição, em “Controle de Constitucionalidade e Competência do Tribunal Superior do Trabalho – TST (artigo 702, alínea f, da CLT)”, Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira, procuradora municipal de Porto Alegre (RS), foca na ideia do controle de constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), especificamente a alteração da alínea f do artigo 702 da CLT. A autora analisa o caso, bem como as bases do controle de constitucionalidade e também as possibilidades de declaração de constitucionalidade.

Atualmente, a *Revista da ESDM* está indexada nas seguintes bases de dados, que cooperam na divulgação do material: LATINDEX; Base de dados da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional - RVBI; Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org); Diadorim.

Com a publicação da edição, esperamos que esta obra possa contribuir para a visibilidade e fortalecimento da pesquisa e do desenvolvimento científico, por meio do diálogo e das relações com o campo do Direito Municipal.

Nossos agradecimentos aos que contribuíram com mais esta edição. Aos autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas pela significativa colaboração prestada.

Aos leitores, em nome de todos os autores, desejamos uma boa leitura.

**Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira**  
Diretora Editorial da Revista da ESDM  
Procuradora Municipal de Porto Alegre